



City Research Online

City, University of London Institutional Repository

Citation: Susen, S. (2017). Reflexões sobre a ideologia: as lições de Pierre Bourdieu e Luc Boltanski. Translated by Fernando Bee and Raphael Concli. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 49(1), pp. 101-137.

This is the published version of the paper.

This version of the publication may differ from the final published version.

Permanent repository link: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/18823/>

Link to published version:

Copyright: City Research Online aims to make research outputs of City, University of London available to a wider audience. Copyright and Moral Rights remain with the author(s) and/or copyright holders. URLs from City Research Online may be freely distributed and linked to.

Reuse: Copies of full items can be used for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes without prior permission or charge. Provided that the authors, title and full bibliographic details are credited, a hyperlink and/or URL is given for the original metadata page and the content is not changed in any way.

City Research Online:

<http://openaccess.city.ac.uk/>

publications@city.ac.uk

REFLEXÕES SOBRE A IDEOLOGIA: AS LIÇÕES DE PIERRE BOURDIEU E LUC BOLTANSKI¹

Simon SUSEN²

■ **RESUMO:** O propósito principal deste artigo é demonstrar a relevância duradoura do conceito de ideologia para a análise sociológica contemporânea. Com isso em vista, o artigo recorre aos argumentos centrais apresentados por Pierre Bourdieu e Luc Boltanski em “La production de l'idéologie dominante” [*A produção da ideologia dominante*]. As importantes contribuições teóricas dessa investigação têm sido, no entanto, amplamente ignoradas pelos sociólogos contemporâneos, mesmo por aqueles que se especializaram no estudo crítico da ideologia. Este artigo pretende preencher essa lacuna na literatura ao mostrar que lições úteis podem ser aprendidas a partir da investigação crítica de Bourdieu e Boltanski, a qual fornece insights cruciais acerca das características e funções principais das ideologias, incluindo as maneiras pelas quais elas se desenvolvem e operam nas sociedades capitalistas avançadas. O artigo é dividido em duas partes principais: a primeira parte examina vários aspectos universais da ideologia; a segunda parte procura lançar luz sobre diversos aspectos particulares da ideologia dominante. O artigo conclui argumentando que a tese do “fim da ideologia”, apesar de levantar questões sociológicas valiosas, é em última instância insustentável.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Boltanski. Bourdieu. Crítica. Ideologia dominante. Ideologia. Crítica da ideologia. Teoria social.

Introdução

O propósito principal deste artigo é demonstrar a relevância duradoura do conceito de ideologia para a análise sociológica

¹ Tradução: Fernando Bee e Raphael Concli. Revisão: Arthur Bueno.

² Professor de Sociologia da City University of London, Reino Unido. E-mail: Simon.Susen@city.ac.uk.

contemporânea, apoiando-se em argumentos centrais apresentados por Pierre Bourdieu e Luc Boltanski em “La production de l’idéologie dominante” [*A produção da ideologia dominante*], publicado originalmente em *Actes de la recherche en sciences sociales* em 1976.³ Fato sintomático de sua importância contínua e de seu escopo explicativo de longo alcance é a reedição deste texto seminal, mais de três décadas depois, na forma de livro, intitulado *La production de l’idéologie dominante* (2008; daqui em diante: *PID*).⁴ As contribuições teóricas importantes feitas em *PID*, entretanto, têm sido amplamente ignoradas pelos sociólogos contemporâneos, mesmo por aqueles especializados no estudo crítico da ideologia. A investigação a seguir pretende preencher essa lacuna na literatura mostrando que *PID* fornece insights cruciais sobre as características e funções principais das ideologias, incluindo as maneiras pelas quais elas se desenvolvem e operam nas sociedades capitalistas avançadas. O artigo é dividido em duas partes principais. A primeira parte examina vários *aspectos universais da ideologia*. A segunda parte procura lançar luz sobre diversos *aspectos particulares da ideologia dominante*. O artigo encerra argumentando que a *tese do “fim da ideologia”*, apesar de levantar questões sociológicas valiosas, é em última instância insustentável.

Ideologia

Ideologia e prática

A produção da ideologia não pode ser dissociada da produção de *práticas sociais*. Na verdade, a produção da ideologia não está somente enraizada em práticas sociais, mas ela mesma constitui uma prática social. Sem sua relevância tangível para as múltiplas maneiras pelas quais os atores humanos estabelecem relações simbolicamente mediadas com o mundo, a ideologia não teria a centralidade sócio-ontológica que adquiriu na regulação

³ Todos os trechos dessa obra foram traduzidos do francês para o inglês pelo autor do artigo. As traduções para o português foram feitas a partir desta última versão. (N.E.)

⁴ Dado o caráter oportuno desse assunto, essa nova edição foi acompanhada de um comentário detalhado, escrito por Luc Boltanski e intitulado *Rendre la réalité inacceptable. À propos de ‘La production de l’idéologie dominante’* [*Tornar a realidade inaceitável. A propósito de “A produção da ideologia dominante”*]; ver BOLTANSKI, 2008. Discuti em outro lugar os pontos de convergência e de divergência significativos entre Bourdieu e Boltanski; ver, por exemplo: SUSEN, 2007, pp. 223-4, 227 n. 25, 228 n. 50, 229 n. 51, 229 n. 52, 271 n. 24; 2011a, esp. pp. 450-8; 2012b; 2014a [2012]; 2014b. Sobre o impacto de longo alcance dos escritos de Boltanski nas ciências sociais contemporâneas, ver Susen e Turner (2014).

normativa das formas de vida civilizacionais. Dada a sua importância praxeológica no que diz respeito ao desenvolvimento da existência social, um discurso ideológico “é somente de modo secundário considerado a expressão da convicção” (BOURDIEU e BOLTANSKI, 2008 [1976], p. 11) daqueles que o sustentam, sendo que “sua função primária é a de *orientar uma ação*” (ibid.; ênfase adicionada) ou *um conjunto de ações*. A preponderância das dimensões práticas da ideologia, em lugar das teóricas, em situações reais de vida anda de mãos dadas com a predominância sócio-ontológica do conhecimento intuitivo e tomado como certo, em lugar do conhecimento reflexivo e discursivo, na construção da vida cotidiana. Na medida em que a ideologia permeia as práticas cotidianas das pessoas, ela se converte em uma força material capaz de estruturar as ações e interações incorporadas.

Ideologia e coesão

As ideologias, na medida em que são produzidas e reproduzidas por grupos sociais específicos, possuem uma grande função vinculativa e integrativa, a qual depende de sua capacidade de criar um senso de *coesão* sustentado coletivamente. Quadros ideológicos compartilhados tornam possível “*manter a coesão daqueles que os performam*, reforçando, por meio da reafirmação ritual, a crença do grupo na necessidade e na legitimidade de sua ação” (ibid., p. 11; ênfase adicionada). Os discursos ideológicos fornecem pontos de referência simbólicos que assumem o papel de marcadores culturais de identidade, os quais tanto conduzem a como são determinados por processos sociais de formação de grupos. No caso de discursos *hegemônicos*, sua “função primária é expressar e produzir a integração lógica e moral da classe dominante” (ibid., p. 9); no caso de discursos *contra-hegemônicos*, seu principal papel é transmitir e garantir a integração social e normativa dos grupos dominados, que, a longo prazo, têm interesse em superar sua posição, já que ela é sustentada por mecanismos de inferiorização – impostos de modo exógeno e reproduzidos de modo endógeno. Um discurso ideológico eficiente compreende um conjunto de valores, princípios e pressupostos a partir dos quais seus aderentes são capazes de desenvolver um senso de solidariedade – ainda que, na maioria dos casos, sem uma base completamente homogênea, redutível à força de vontade de um

ator coletivo definido monoliticamente. A presença de esquemas de percepção, apreciação e ação ideologicamente mediados é uma pré-condição para a emergência de processos viáveis de integração social fundados em experiências coletivamente compartilhadas de coesão real ou imaginada.

Ideologia e diversidade

A heterogeneidade relativa das sociedades diferenciadas em campos se manifesta na *diversidade* das ideologias que moldam suas histórias. Longe de refletir “a coerência perfeita e inteiramente planejada de um ‘aparelho ideológico de Estado’” (ibid., p. 10), ou de um mundo da vida imaculado caracterizado pela homogeneidade social e pela consistência comportamental, conjuntos de valores e princípios discursivamente mediados são não somente maleáveis e revisáveis, mas também carregados de tensões e, em alguma medida, contraditórios. Na verdade, a viabilidade a longo prazo de uma ideologia dada é inconcebível sem um grau significativo de elasticidade e adaptabilidade, já que ela “deve sua *eficácia simbólica* (de desconhecimento) ao fato de que ela não exclui nem *divergências*, nem *discordâncias*” (ibid., p. 10; ênfase adicionada) em suas tentativas de afirmar sua validade epistêmica e sua legitimidade social.

Os efeitos combinados da orquestração espontânea e da composição metódica implicam que as opiniões políticas podem variar infinitamente de uma fração para outra, e mesmo de um indivíduo para outro [...] (ibid., p. 10).

Para o desenvolvimento simbolicamente mediado da sociedade, a competição *entre* ideologias diferentes é tão importante quanto as lutas discursivas que têm lugar *no interior* das zonas de construção intersubjetivas dessas ideologias. De fato, “o ponto de honra liberal depende dessa *diversidade no interior da unidade*” (ibid., p. 10; ênfase adicionada), sem a qual não haveria uma história diversificada da civilização. A interação frutífera entre *espontaneidade e improvisação*, de um lado, e *rigidez e regulação*, de outro, é essencial para a possibilidade de fertilização cruzada das ideologias rivais, assim como de correntes intelectuais concorrentes dentro dos horizontes discursivos dos quais elas emergem. Mesmo a sociedade mais

homogênea não pode eliminar a influência, e muito menos a existência, da diversidade específica aos grupos.

Ideologia e posicionalidade

Toda ideologia é impregnada com o poder estruturante da *posicionalidade* social. Os esforços persistentes feitos por atores dominantes individuais ou coletivos para desviar a atenção de sua situacionalidade definida relacionalmente só reforça a significação existencial das posições organizadas assimetricamente que tais atores ocupam no espaço social. Lugares ostensivamente “*neutros*”⁵ são “*laboratórios ideológicos* nos quais, com base em um trabalho coletivo, a *filosofia social dominante* é gerada” (ibid., p. 17; ênfase adicionada) por diferentes frações da classe dominante. As ideologias dominantes são produzidas por e para aqueles em posições dominantes. As ideologias que visam desafiar conjuntos de valores e princípios hegemônicos, ao contrário, tendem a ser produzidas por e para aqueles nas posições de dominados, ou seja, por e para aqueles cujas práticas são severamente restringidas por variáveis da interação relativamente – ou quase completamente – desempoderadas ou desempoderantes.

Ideologia e intersubjetividade

As ideologias emergem da experiência de *intersubjetividade* dos seus defensores, não importa quão abstratas ou aparentemente deslocadas das restrições estruturais da realidade elas sejam. Longe de ser redutível a um mecanismo monológico, a produção de quadros de referência ideológicos emana de um processo *dialógico*, no qual o engajamento comunicativo com perspectivas divergentes é vital *para a formação da opinião e da vontade* de diferentes membros e frações de um grupo social ou de uma classe particular. De fato, “uma das funções dos lugares neutros é a de favorecer o que é comumente chamado ‘*troca de pontos de vista*’, isto é, a informação recíproca sobre a visão que os agentes desenvolvem em relação ao futuro” (ibid., p. 98; ênfase adicionada) ao se engajarem na construção de relações significativas baseadas na experiência cotidiana da intersubjetividade discursivamente mediada.

⁵ Sobre o conceito de “lugar neutro”, ver esp. p. 9, 17, 98, 113, 116-20, 122, 133, 135.

Ideologia e diferencialidade

Não há ideologia sem a fabricação de *diferencialidade* conceitual (cf. *ibid.*, p. 10). Pois toda ideologia contém um conjunto relativamente sistemático de valores, princípios e pressuposições interconectadas e fundadas em *categorizações* carregadas de valores. Para ser exato, as diferenciações ideologicamente mediadas se manifestam na construção relativamente arbitrária de classificações, oposições e hierarquias (cf. *ibid.*, p. 57). (a) Por meio da construção de *classificações*, é possível fazer distinções que são centrais para dividir o mundo em grupos e tipos caracterizados por *traços, particularidades e idiosincrasias*. (b) Por meio da construção de *oposições*, é possível segregar o mundo em termos de *conflitos, contradições e antagonismos*. (c) Por meio da construção de *hierarquias*, é possível mapear o mundo em termos de ordens verticais baseadas em *tomadas de posição, gradações e ranqueamentos*.

Ideologia e parcialidade

A emergência da ideologia é impensável sem a força perspectiva da *parcialidade*, a qual – paradoxalmente – é frequentemente ocultada pela ilusão de imparcialidade:

O efeito de *objetividade* produzido pelo *lugar neutro* resulta, fundamentalmente, da *estrutura eclética* do grupo ao qual corresponde: como um *lugar de encontro* – no qual as pessoas se reúnem, *removidas* de frações diferentes, na medida em que elas mesmas constituem lugares de encontro, por meio da *multiplicidade de posições* que ocupam no interior da classe dominante –, o *lugar neutro* impõe – por meio de sua própria lógica – o respeito a *regras formais* que são comumente identificadas com a ‘*neutralidade*’ e a ‘*objetividade*’ [...] (*ibid.*, p. 116; ênfase adicionada).

A crença na neutralidade – sustentada não somente por afirmações com pretensão à objetividade e à universabilidade, mas também pela referência a imperativos aparentemente generalizáveis de racionalidade procedural – não pode acabar com a parcialidade inelutável que permeia a produção da ideologia.

Ideologia e normatividade

Por definição, toda ideologia é *normativa*. Mesmo se os defensores de uma ideologia dominante particular buscam defender um discurso sobre um assunto específico – “econômico”, “legal”, ou “tecnocrático”, por exemplo – baseado na força sem força da objetividade epistemicamente fundamentada, suas pretensões de validade são impregnadas com pressuposições e vieses indispensáveis para a construção social da realidade. A ideologia “é política na medida em que, sob o véu da objetividade, prescreve qual deveria ser o caso” (*ibid.*, p. 120; ênfase adicionada) na sociedade. Uma ideologia, então, não é somente um conjunto de princípios mais ou menos interconectados logicamente, mas também um conjunto de pressupostos carregados de valor acerca da validade normativa de realidades compostas por meio de relações.

Ideologia e autenticidade

As ideologias, devido ao fato de que podem ser produzidas em espaços aparentemente neutros, tendem a dar a impressão enganadora de que os discursos emergem “naturalmente”⁶ como representações verdadeiras e confiáveis da realidade e, assim, como veículos para experiências simbolicamente mediadas de *autenticidade*. A análise crítica de suas genealogias demonstra, entretanto, que ideologias – longe de se desenvolverem sem “a confrontação de indivíduos pertencentes a frações diferentes e *removidos da fração de toda fração*” (*ibid.*, p. 117; ênfase adicionada) – desenvolvem-se *no interior e através* de lutas entre atores impelidos por interesses, que ocupam posições diferentes na sociedade. A naturalização da normatividade que está na base da ideologia é o que reforça não somente o aparente caráter dado da realidade, mas também a certeza da legitimidade simbólica e a crença na acuidade representacional. A ideologia nos faz *naturalizar o social* na medida em que nos induz a assimilar e generalizar esquemas de apreciação, percepção e reflexão historicamente contingentes. Ao mesmo tempo, a ideologia nos faz *socializar o natural* na medida em que nos obriga a

⁶ Ver p. 117: “O discurso neutro é o discurso que se engendra ‘naturalmente’ na confrontação de indivíduos pertencentes a diferentes frações e tomados da fração de cada fração a mais disposta a entrar em comunicação com as outras frações”.

converter a nossa imersão na realidade, constituída por meio da experiência, em um encontro discursivamente codificado com a normatividade. A naturalização do social e a socialização do natural são inconcebíveis sem a habituação de convenções intersubjetivamente sustentadas, que são, por definição, variáveis no espaço e no tempo porque são performativamente reconstruíveis. Ao ocultar as condições sociais que fundamentam suas próprias pretensões de validade, as ideologias podem ser convertidas em pontos de referência indispensáveis na busca por autenticidade.

Ideologia e autorreferencialidade

Todas as ideologias são, em maior ou menor medida, *autorreferenciais*. Dito de forma direta, as ideologias são profecias autorrealizadoras. Pois elas são fundadas em valores e princípios cuja validade visam confirmar em termos de seus *próprios* padrões e códigos de legitimidade. Nesse sentido, toda ideologia pode ser considerada “*uma profecia que contribui para a sua própria realização [...] para a sua própria verdade*” (ibid., p. 105; ênfase adicionada). Ideologias, na medida em que forem dirigidas por “uma vontade de poder”, aspiram a estabelecer uma agenda por meio da conversão de seus próprios parâmetros em critérios hegemônicos, isto é, em referências que possam ser aplicadas para julgar o valor de práticas performadas por todos os atores individuais e coletivos da sociedade.

As representações dominantes objetivam-se continuamente no interior das coisas, e o mundo social contém todas as partes – sob a forma de instituições, objetos e mecanismos (sem falar do habitus dos agentes) – da *ideologia realizada* (ibid., p. 105; ênfase adicionada).

Entre atores ideologicamente unificados, quase tudo gira em torno deles próprios. Dentro das zonas de conforto da autorreferencialidade discursivamente sustentada, a possibilidade de defesa de afirmações centrais é corroborada com base em parâmetros autopoiéticos de aceitabilidade. Permitindo a construção de quadros ideológicos, mecanismos de “*circulação circular*” (ibid., p. 120, ênfase no original) operam por meio de processos de “*autoconfirmação e autorreforço*” (ibid.; ênfase adicionada) que visam reforçar “a ilusão da evidência imediata” (ibid.) e a

aplicação direta. A “cadeia profética” (ibid.) que permeia o funcionamento da ideologia representa uma fonte sutil de agência autorreferencial orientada para o endossamento de sua própria legitimidade.

Ideologia e hegemonia

A produção de ideologias não pode ser dissociada de lutas sociais por e contra o poder da *hegemonia*. É certo que a hegemonia diz respeito tanto à unidade e a conformidade como à divisão e à interseccionalidade. Assim como frações diferentes de classes particulares (cf. ibid., p. 9) compartilham características e interesses centrais, elas são divididas por aspectos e preocupações idiossincráticos: “considerar os *lugares comuns* produzidos no interior de *lugares neutros* não significa ignorar as diferenças secundárias que separam os produtores e os produtos” (ibid., p. 9; ênfase no original), muito menos as diferentes *frações* de produtores ideológicos e os diferentes *agrupamentos* de produtos ideológicos. Dada sua poderosa posição não somente na sociedade, mas também no seu próprio grupo de referência socioeconômico, entretanto, parece que as *frações dominantes* no interior da *classe dominante* determinam os *discursos dominantes* dentro da ordem estabelecida na qual ocupam uma posição hegemônica. São centrais ao desenvolvimento de sociedades estratificadas, em outras palavras, não somente as lutas *entre* classes, mas também as lutas *no interior* das classes. Sociólogos críticos precisam estudar o “*lugar neutro e o ponto de equilíbrio do campo da classe dominante*, no qual seu interesse é definido no interior e pela mediação dos conflitos entre as frações da classe dominante, e não entre as classes, como sugerido pela representação oficial” (ibid., p. 117, 120; ênfase no original). Não há sociedades estratificadas sem lutas ideologicamente mediadas por e contra o poder da *hegemonia*.

Ideologia e dominação

As ideologias podem ser mobilizadas *seja* para estabilizar, legitimar e ocultar, *seja* para enfraquecer, subverter e expor sistemas de *dominação*. Na medida em que as ideologias – notadamente as dominantes – tendem a reforçar, justificar ou obscurecer “a hierarquia social” (ibid., p. 3) estabelecida, elas

contribuem para confirmar a validade normativa de relações de poder assimétricas. O “evidente” (ibid.), que apresenta um “grande obstáculo à análise sociológica” (ibid.), constitui um ingrediente essencial das “formas de dominação mais sutis e menos óbvias” (ibid.), incluindo os discursos hegemônicos pelos quais elas são sustentadas. Uma das missões mais significativas dos cientistas sociais críticos consiste em desafiar a legitimidade de relações sociais baseadas em lógicas idiossincráticas de dominação, o que é possível somente por meio do questionamento da autoridade epistêmica de suas construções ideológicas de justificação correspondentes. Em formações interacionais estratificadas, “a filosofia social da classe dominante” (ibid., p. 49) reflete a visão de mundo daqueles grupos que têm interesse em defender sua posição de destaque a partir de ideias, mais ou menos logicamente interconectadas, que validam o status quo.

Após ter considerado doze *aspectos universais da ideologia*, a questão que surge quando examinamos a constituição *carregada de poder* de conjuntos de valores, princípios e pressuposições discursivamente mediados é a seguinte: o que é a “ideologia dominante”? Como será demonstrado nas seções subsequentes, é possível identificar doze *aspectos particulares da ideologia dominante*.

Ideologia dominante

Ideologia dominante e distorção

As ideologias dominantes *distorcem* a realidade. Ao fazer isso, elas escondem não somente qualquer tipo de contraprova que enfraqueça a persuasão de suas reivindicações mais fundamentais por validade objetiva ou normativa, mas também – o que é mais significativo – os interesses constitutivos que subjazem à busca de seus defensores por legitimidade social. Na medida em que os interesses daqueles que produzem quadros ideológicos – os quais são moldados para manter a posição de seus apoiadores na sociedade – não são imediatamente óbvios, é a tarefa do sociólogo crítico encarregar-se “da construção teórica e empírica do conceito do campo de poder” (ibid., p. 3) e assim contribuir para “um efeito duplo de *desvelamento e inspeção*” (ibid.; ênfase adicionada). A sociologia crítica, portanto, é inevitavelmente *funcionalista*, no sentido de que visa elucidar em

que medida as *ideologias dominantes servem – acima de tudo – ao propósito de proteger, legitimar e ocultar os interesses dos grupos mais poderosos na sociedade*:

Ela lança luz sobre os recursos do discurso da classe dominante [...] por meio dos quais os dominantes legitimam sua dominação, sem nunca terem que justificar a si mesmos, enquanto efetivam uma ordem social que corresponde a sua visão de mundo (ibid.).

Em resumo, “em toda ideologia” – para usar a famosa expressão de Marx e Engels – “os homens e suas circunstâncias aparecem de cabeça para baixo, como em uma *camera obscura*” (MARX e ENGELS, 2000 [1846], p. 180), concebida por e para aqueles cujos reais interesses devem disfarçar. Assim, quando se examinam as funções centrais inerentes à produção de agendas ideológicas, os sociólogos críticos se deparam não somente com a tarefa de demonstrar que jogos de linguagem diferentes emanam de formas de vida diferentes, mas também com o desafio de expor a extensão na qual tais jogos geram *representações erradas* que dirigem a atenção para longe dos interesses e motivos subjacentes daqueles que têm vantagens no processo hierárquico de construção dessas representações. A ideologia dominante da classe dominante constitui um quadro discursivo constituído por pontos de referência simbolicamente mediados que são baseados em *distorções* parciais ou completas da realidade.

Dessa maneira, seu discurso essencialmente desconectado *mascara* o essencial: não somente tudo o que não é explicitado, tudo o que é autoevidente contanto que aqueles que acreditam nisso se mantenham entre si, mas também tudo o que não pode ser declarado sem *que se traia* alguém ao contradizer a intenção oficial do discurso (BOURDIEU e BOLTASNKI, 2008 [1976], p. 11; ênfase adicionada).

Essa função *distorciva* das ideologias dominantes é particularmente importante no que diz respeito à capacidade delas de “ocultar princípios de seleção [...] e desse modo respeitar o senso de honra liberal” (ibid., p. 18). A dissimulação dos mecanismos competitivos subjacentes às meritocracias liberais permite que atores socialmente influentes obtenham reconhecimento graças ao desconhecimento: “A forma mais eficiente do discurso dominante [...] é [...] a mais irreconhecível” (ibid., p. 72).

As ideologias dominantes dependem de um conjunto hegemônico de valores e pressupostos interrelacionados, cuja constituição carregada de poder deve permanecer amplamente *despercebida* por aqueles cujos interesses elas não representam. Se necessário, a retórica da “evidência científica” pode ser empregada para conferir ao discurso dominante uma legitimidade que dá a impressão de ser fundada em pretensões de validade epistêmica conceitual e metodologicamente consistentes. “A manipulação do futuro de classe por meio da manipulação da representação coletiva do futuro objetivo de classe realizada pelo discurso profético – cientificamente autorizado – dos planejadores” (ibid., p. 96) oferece “uma aparência ou um feitiço de objetividade” (cf. ibid., p. 79, 139), o que deixa pouco – se algum – espaço para uma avaliação precisa da realidade motivada por uma busca genuína de facticidade.

A função distorciva das ideologias dominantes reflete-se em seu amplo uso de *eufemismos*. A capacidade retórica de substituir termos sérios, diretos e não ambíguos (na forma de descrições que vão direto ao ponto) por termos triviais, indiretos ou vagos (na forma de circunlóquios) é essencial para a possibilidade de produzir representações ideológicas e equívocas da realidade (ibid., p. 90). Em toda ideologia dominante, as coisas são retratadas como “boas demais para ser verdade” (ibid., p. 17). A “capacidade de eufemização” (ibid., p. 109) permite aos membros da classe dominante apresentar verdades impopulares como conquistas civilizacionais – sociais, culturais, políticas, econômicas, demográficas ou tecnológicas.

Ideologias dominantes e binários

As ideologias dominantes são inconcebíveis sem a construção de categorias binárias. De fato, “o *discurso dominante* sobre o mundo deve sua *coerência prática* ao fato de que é produzido com base em um número pequeno de *esquemas gerativos*” (ibid., p. 57; ênfase adicionada), os quais são organizados ao redor da aderência conceitual a binários. Entre os binários mais comumente usados estão os seguintes:⁷

passado *versus* futuro
pré-moderno *versus* moderno
pequeno *versus* grande
rural *versus* urbano
local *versus* global
tribal *versus* cosmopolita
nacional *versus* internacional/transnacional
imóvel *versus* móvel
designado *versus* alcançado
fechado *versus* aberto
bloqueado *versus* desbloqueado
determinado *versus* livre
estático *versus* dinâmico
obsoleto *versus* avançado
retrospectivo *versus* prospectivo
nostálgico *versus* realista
conservador *versus* progressista

No interior de quadros ideológicos, as categorias binárias são sempre carregadas de valor, expressando os interesses daqueles atores que têm um interesse em defender sua posição na sociedade por meio da divisão do mundo em opostos dotados de uma abundância de validade quase natural.

Ideologia dominante e ciência

Na tradição positivista do pensamento social, ideologia e ciência tendem a ser concebidas como opostos: a primeira é *distorciva*, baseada em percepções, concepções e representações equívocas; a última é – ao menos potencialmente – *informativa*, fundada em descrições lógicas, explicações racionais e avaliações metódicas. O propósito da análise científica é *desmistificar* as aparências enganosas – isto é, ideologicamente filtradas – da “realidade” e *desvelar* os mecanismos estruturais subjacentes que governam tanto as características como os desenvolvimentos do “mundo”, incluindo aqueles da sociedade.

Na tradição da política moderna inspirada pelo Iluminismo, ao contrário, ideologia e ciência tendem a ser concebidas como mutuamente inclusivas: *todo empreendimento científico é – implícita ou explicitamente – influenciado por pressupostos ideológicos, assim como todo projeto ideológico é – involuntária*

⁷ Ver p. 57-8, 60, 68, 74, 79, 94, 96, 107-8.

ou *deliberadamente* – afetado pelo conhecimento científico. A função legitimadora da ciência nos processos de justificação que têm lugar na arena política tornou-se consideravelmente mais importante nas “sociedades do conhecimento”: dada a crescente e influente circulação epistêmica da validade baseada em evidências, processos de formação da opinião e da vontade dependem fortemente de descobertas de estudos conduzidos nas ciências naturais e sociais. “A confiança na ciência das leis subjacentes ao desenvolvimento econômico e social” (ibid., p. 92) é essencial para a crença moderna na possibilidade do desenvolvimento de um meio condutor capaz de controlar e regular padrões ideológicos, comportamentais e institucionais de acordo com os interesses humanos – ou seja, interesses universalizáveis.

Na medida em que “a ciência das tendências estruturais inerentes é a condição para o sucesso das ações políticas” (ibid., p. 100), a crença positivista na possibilidade do conhecimento estabelecido objetivamente, embasado empiricamente e válido universalmente é convertida em parâmetro para a possibilidade de defesa de processos de tomada de decisão em configurações sociais de larga escala. A dialética carregada de tensão que parece ser inerente à existência humana – expressa em oposições paradigmáticas tais como “estrutura *versus* agência”, “necessidade *versus* liberdade” e “restrição *versus* escolha” – está no cerne de todas as políticas que reivindicam se apoiar em insights corroborados cientificamente quando tomam, ou justificam, decisões de peso coletivo:

Uma política que visa transformar as estruturas e neutralizar a eficiência das leis subjacentes deve fazer uso do conhecimento do provável a fim de reforçar as chances do possível: o conhecimento das leis subjacentes do mundo social é a condição de toda ação realista – isto é, não utópica – que busca impedir a realização dessas leis; se a ciência do provável existe, as chances do possível aumentam [...] (ibid., pp. 100-1).

A legalidade do mundo social pode ser *estudada* apoiando-se na perspicácia das ciências sociais, *dada a partir* da mobilização da *inventividade* das instituições políticas e naturalizada por meio da colonização da consciência coletiva das pessoas por dogmas propagados pelas ideologias dominantes.

Toda política que ignora o provável – o qual ela mesmo busca impedir – corre o risco de *contribuir* para o futuro desse provável; em contraste, a *ciência que desvela o provável* ao menos tem a virtude de *desvelar* a função do *laissez-faire* (ibid., p. 101; ênfase adicionada).

Dito de outro modo, tanto a *política* como a *ciência* podem ser cúmplices na confirmação da legitimidade das ordens sociais estabelecidas. Elas diferem, no entanto, no seguinte sentido: a primeira tende a ser dirigida por preocupações instrumentais de *poder e autoridade*; a última tende a ser motivada por preocupações epistêmicas de *análise e investigação*. Devido a seu comprometimento com a busca pela verdade, a ciência tem o potencial empoderador de questionar a certeza dada dos arranjos sociais consolidados, e assim – se necessário – contribuir para a sua desconstrução teórica e prática.

Todas as ideologias dominantes precisam reconciliar a *tensão* potencial entre o *intelectualismo* dos acadêmicos e dos pesquisadores, de um lado, e o *pragmatismo* dos líderes políticos e econômicos, de outro (cf. ibid., p. 133-5). A necessidade de fecundar de maneira cruzada insights obtidos a partir do campo científico com convicções que governam os campos políticos e econômicos representa um desafio grande para aqueles responsáveis em planejar e defender as ideologias dominantes. Certamente, na maioria dos quadros discursivos hegemônicos construídos pela classe dominante, há pouco espaço – se algum – para “conceitos que são obscuros demais e argumentos que são complexos demais, em resumo, qualquer coisa que pareça intelectual” (ibid., p. 11). Pois o propósito das ideologias dominantes é *mudar*, ao invés de simplesmente *interpretar*, o mundo de acordo com o interesse da classe dominante. No entanto, mesmo a ideologia dominante mais pragmaticamente orientada não é aceita em curto prazo – muito menos em longo termo – a não ser que tenha sucesso em reapropriar o conhecimento produzido no domínio da investigação científica.

Ideologia dominante e o Estado

As ideologias dominantes não podem ser dissociadas do poder exercido pelo *Estado moderno*. Na medida em que o Estado constitui uma das instituições mais poderosas – se não

a instituição mais poderosa – em sociedades estratificadas de larga escala, ele não pode ser ignorado por grupos hegemônicos que buscam disseminar seus valores, princípios e convicções. De fato, atores coletivos poderosos têm de colonizar o Estado, tanto ideológica como estruturalmente, para fazê-lo funcionar de acordo com seus próprios interesses. O “esquema de um *Estado ideal*”, fundado na autoridade de uma nova aristocracia de valores e competências pessoais” (ibid., p. 49; ênfase adicionada), é central para a contemplação, por parte da classe dominante, de uma “*sociedade ideal*”, baseada em uma economia neoliberal e regulada por uma administração neogerencial. O Estado adquire então o “papel de mediador” (ibid., p. 52) entre grupos sociais diferentes. Visando defender sua posição privilegiada na sociedade, “os líderes empresariais” (ibid., p. 52) se encontram “na situação de compradores em relação ao Estado” (ibid., p. 52).

Ao menos desde o início da segunda metade do século XX, o desafio central do Estado tem sido alcançar um acordo entre individualismo e coletivismo, capitalismo e socialismo, mercantilização e burocratização, liberalização e regulação:

Esse Estado, nem “capitalista” nem “coletivista”, precisa reconciliar a organização e o planejamento da economia por meio da elite gerencial e a participação dos “cidadãos” e dos “trabalhadores”, mas por meios outros que não a democracia eleitoral (ibid., p. 49).

A eficiência econômica e a legitimidade política são duas pré-condições interdependentes para a estabilidade de curto e longo prazo das sociedades capitalistas democráticas. “Essa utopia tecnocrática da ‘esquerda’, que dá primazia ao ‘econômico’ em relação ao ‘político’” (ibid., p. 53), reflete o triunfo da ideologia dominante orientada para a consolidação simbólica e material dos imperativos capitalistas. O projeto keynesiano de ganhar controle relativo sobre a economia reafirma a crença na possibilidade de “planejamento democrático” (ibid., p. 53), inspirado pela doutrina do “humanismo econômico” (ibid., p. 54). O apelo por um “capitalismo com um rosto humano” (cf. ibid., pp. 44-6, 54), baseado em uma “economia planejada” (ibid., p. 53), expressa uma visão política que é partilhada pelo “reformismo progressista” (ibid., p. 54) e pelo “conservadorismo esclarecido” (ibid., p. 54), demonstrando um grau considerável de elasticidade ideológica, que se estende por um amplo espectro de diversidade pluralista.

Ideologia dominante e realismo enviesado

Toda ideologia dominante abrange um projeto social que está sujeito a um sentido de *realismo enviesado*. Mesmo doutrinas ideológicas que, quando mobilizadas por um determinado Estado ou governo, reivindicam seguir “padrões de cientificidade baseados em evidências” não podem escapar às amarras de sua própria normatividade: “sua ciência é política, e sua política é científica” (ibid., p. 88). Ao invés de conceber a *ciência e a política* como dois campos sociais completamente separados, o desafio consiste em apreender até que ponto, especialmente em formações históricas avançadas, elas estão *entrelaçadas*. Sob modos de governança neogerenciais, “o Plano é uma forma apropriada de política, mas – se assim pudermos dizer – é uma política despolitizada, neutralizada, promovida ao estado da técnica” (ibid., p. 88). Seus apoiadores empregam uma “linguagem performativa” (ibid., p. 88) para impor seus próprios referenciais em tantas esferas sociais quanto possível. Toda ideologia dominante, portanto, contém uma atitude de projeção orientada para a construção reguladora da realidade:

O discurso dominante no mundo social serve não apenas para *legitimar a dominação*, mas também para orientar a ação perpetuando-a e, assim, dar uma lição [*un moral*] e uma moral [*une morale*], uma direção e diretivas, àqueles que dirigem e atuam neste mundo (ibid., p. 94; ênfase adicionada).

A fim de efetivarem seu potencial regulador, as ideologias dominantes precisam fornecer abordagens do mundo tanto *enviesadas* quanto *realistas*: por conta de seu enviesamento, cada uma delas reflete um projeto de ação moldado por conjuntos particulares de *interesses sociais*; por conta de seu realismo, cada uma delas constitui “um projeto de ação dotado de *razoáveis chances de sucesso*” (ibid., p. 94; ênfase adicionada). Em outras palavras, uma ideologia dominante “propõe uma *visão* que é, ao mesmo tempo, *enviesada*, pois é parcial e interessada, e *realista*, ou seja, capaz de impor sua própria necessidade” (ibid., p. 95; ênfase adicionada) a todos os setores da sociedade como uma ordem normativa aparentemente universalizável.

Ideologia dominante e as lições da história

No longo prazo, uma ideologia dominante pode afirmar sua autoridade na medida em que seus principais defensores estejam dispostos a aprender as “*lições da história*” (cf. *ibid.*, p. 32, 76, 82; ênfase adicionada).

Uma classe dominante que dá a si mesma como norma a lei objetiva de sua mudança ganha acesso a um modo de dominação que inclui a *referência consciente à história dos modos de dominação*. A nova fração no comando é educada, acima de tudo a respeito de sua história. [...] Ela invoca *precedentes históricos e lições do passado*, não como instrumentos de legitimação, mas a fim de *evitar velhos erros* (*ibid.*, p.76; ênfase adicionada).

As classes dominantes precisam passar por *processos de aprendizado* individual e coletivo, especialmente quando revisam seus pontos de referência ideológicos com base em “verificações da realidade” iniciadas por elas mesmas ou circunstancialmente induzidas. As elites políticas e econômicas podem procurar se apresentar como “os novos profetas” (*ibid.*, p. 76), obrigadas a “impor uma nova direção” (*ibid.*) – não apenas para sua própria classe, mas também para a sociedade que elas desejam liderar e representar. Como na maioria dos grupos definidos socioeconomicamente e orientados ideologicamente, a “*luta entre ‘conservadores’ e ‘progressistas’, entre a ‘retaguarda’ e a ‘vanguarda’ das classes*” (*ibid.*; ênfase adicionada), pode se tornar decisiva na definição da direção que um movimento coletivo, ou mesmo um país inteiro, pode tomar.

Parece que “as forças orientadas para o passado – quer elas sejam nostálgicas do fascismo ou de um governo parlamentar, da ‘velha’ direita ou da ‘velha’ esquerda – não aprenderam nada” (*ibid.*, p. 77) a respeito do passado e nem sequer de sua *própria* história. Em contraste, “a burguesia ‘inteligente’ extraiu lições do passado, ou seja, das falhas históricas da burguesia” (*ibid.*). À luz de tal atitude motivada estrategicamente, aberta à mudança e ao ajuste, as frações produtivas da classe dominante estão dispostas a “abandonar o passado e as disposições orientadas para o passado que são normalmente associadas à ocupação de uma posição dominante” (*ibid.*).

Decerto, os atores *dominantes* tendem a endossar pontos de vista *ortodoxos e tradicionais*, procurando defender sua posição na sociedade; atores *dominados*, por outro lado, tendem a advogar visões *heterodoxas e subversivas*, buscando desafiar o status quo.⁸ A despeito de um grupo social aderir a posições conservadoras ou progressistas, seu planejamento viável do futuro depende de sua interpretação fidedigna do passado:

Sua “inteligência” consiste nessa combinação da capacidade de adaptar-se a novas situações e da capacidade de assimilar novas situações a situações antigas, o que o equipa com um conhecimento reflexivo de suas experiências passadas (*ibid.*; ênfase adicionada).

Ideologias inovadoras – mesmo que criadas para defender os interesses de grupos dominantes – precisam estar preparadas para ajustar suas agendas normativas às circunstâncias sócio-historicamente específicas nas quais elas são aplicadas. Reconhecer que “não se pode mais ter tudo sem pagar nada” (*ibid.*) requer aceitar que é essencial fazer concessões a fim de defender seus interesses em espaços de possibilidades constituídos por meio de relações.

Ideologia dominante e reprodução

As ideologias dominantes não podem ser separadas de processos de *reprodução* social. “Aqueles dedicados a extrair a quintessência textual frequentemente esquecem que a construção de um *corpus* é inseparável da construção das condições sociais de produção” (*ibid.*, p. 17) que subjazem à geração e à circulação de formas simbólicas.

Na sociologia crítica, “a dialética da pesquisa permite – praticamente – sair do círculo hermenêutico” (*ibid.*) do idealismo autorreferente e encarar as *restrições estruturais* inelutáveis a que todos os atores que geram significado estão expostos, restrições cuja significância é enfatizada em abordagens explicativas associadas ao holismo social.⁹ Devido a sua constituição social, “um corpo discursivo” nunca é simplesmente “um corpo de produtores” mas também é sempre “um conjunto de lugares de

⁸ Sobre este ponto, ver, por exemplo, SUSEN, 2007, p. 178; 2011b, p. 372-3, 406; 2013b, p. 208, 219, 225; 2013c, p. 332-3, 362, 371.

⁹ Sobre este ponto, cf. *ibid.*, p. 72: “a sociedade é Deus”. Ver também BOURDIEU, 1997, p. 228.

produção discursiva e da produção de produtores discursivos” (ibid.). Em suma, um corpo discursivo é uma constelação espaço-temporalmente contingente de práticas simbólicas performadas por atores sociais.

As ideologias dominantes são moldadas pelas “únicas leis de reprodução e de funcionamento institucional responsáveis por reproduzir” (ibid., p. 13; ênfase adicionada) sistemas de classificação estruturados verticalmente. Ainda que pretendam contribuir com mudanças substanciais de comportamento ou de instituições, as ideologias – as dominantes, em especial – não podem pisar fora do horizonte da reprodução social. Em particular, classes sociais dominantes procuram assegurar que o Estado proteja seus interesses: “o desenvolvimento de instituições encarregadas de pesquisas econômicas (e, em segundo plano, sociológicas) é subordinado diretamente a demandas burocráticas, à criação de escolas elitistas (como a ENA [*École nationale d’administration*]), onde o discurso dominante é sujeito à racionalização” (ibid., p. 117, ênfase no original) e onde os líderes do futuro adquirem “competência política especializada” (ibid.). Em tal sistema, voltado para a reprodução social de larga escala, a função última da ideologia dominante é perpetuar o status quo e assim estabilizar a ordem social estabelecida.

Um dos mais importantes domínios normalizado pelos processos de reprodução social é aquele das instituições educacionais, como as escolas e as universidades. Apesar da “aparência de autonomia na produção da racionalização e neutralização educacionais, as escolas elitistas legitimam as categorias de pensamento e os métodos de ação produzidos pela vanguarda de classe” (ibid., p. 122; ênfase adicionada), confirmando assim a autoridade reguladora da ordem estabelecida. Não obstante um grau significativo de heterogeneidade interna, os membros da classe dominante reproduzem um modo idiossincrático de percepção, apreciação e ação, por meio do qual eles se distinguem de outros grupos definidos socioeconomicamente.

Os produtos dessa escola de pensamento e ação – homens políticos, empregados de alto escalão do Estado, jornalistas tanto de jornais como de publicações semi-oficiais – interiorizaram esquemas de pensamento que refletem a história metodicamente consolidada da classe dominante (ibid., pp. 122-3; ênfase adicionada).

Membros integrais da classe dominante são equipados com a capacidade – socialmente naturalizada e coletivamente compartilhada – de produzir e reproduzir seu próprio *modus operandi*, permitindo-lhes proteger seu acesso privilegiado aos recursos materiais e simbólicos que garantem sua existência como grupo. O domínio de códigos culturais mutuamente estabelecidos, incluindo pontos de referência comuns, forma a base dos marcadores autorreferenciais da identidade coletiva, tais como o “interconhecimento” e a “intercitação” (ibid., p. 19), permitindo a construção de um sentido de homogeneidade distintiva. Assim, “uma limitação estrita do pertencimento e da exclusão” (ibid., p. 69) – baseada num “sistema de categorias de percepção, reflexão e ação” (ibid., p. 122) – gera mecanismos poderosos de estratificação social.¹⁰

A produção de “habitus homólogos” (ibid., p. 124) é uma pré-condição para a construção de campos sociais interna e externamente diferenciados, divididos por atores individuais e coletivos que lutam pelo acesso a recursos materiais e simbólicos na sua competição cotidiana por posições e disposições legítimas – e, assim, empoderadoras. Qualquer que seja a especificidade de uma luta num campo dado, “atos de neutralização e homogeneização” (ibid., p. 9) geram âmbitos de socialização naturalizados e naturalizantes. Esses âmbitos são sustentados por processos estratificados de orquestração carregados de valor, interesse e poder, e orientados para a produção e a reprodução de uma “unidade ideológica” (ibid.) entre membros que compartilham um senso de pertencimento e identidade.¹¹

Ideologia dominante e o “discurso do fim”

Desde a década de 1960, têm estado na moda anúncios apocalípticos sobre o alegado “fim” de diversos aspectos constitutivos da modernidade. Os desenvolvimentos globais ocorridos na segunda parte do século XX, especialmente após o fim da Guerra Fria, têm sido caracterizados a partir de diversas declarações provocativas como “o fim do social”, “o fim da política” ou “o fim da história” – para ficarmos em apenas algumas delas. Dada sua ênfase na suposta implosão das pedras fundamentais da moder-

¹⁰ Sobre este ponto, ver também ibid., p. 99: “esquemas de pensamento, de percepção e de apreciação”.

¹¹ Sobre este ponto, ver p. 9. Ver também p. 98-9: “a orquestração dos habitus e a concertação favorecida”.

nidade, a tese do “*fim da ideologia*”¹² está inextricavelmente ligada a todos esses pronunciamentos paradigmáticos.¹³

Opor-se ao “*discurso sobre o fim das ideologias e das classes sociais*”¹⁴ significa desafiar a suposição fatalista de que “não há alternativa” (ibid., p. 4) ao capitalismo neoliberal, que é agora amplamente percebido como o – triunfante – sistema político-econômico que obteve sucesso em consolidar sua posição hegemônica no começo do século XXI em escala global.¹⁵ Paradoxalmente, a tese do “fim da ideologia” é ela mesma uma ideologia: “a ideologia do fim das ideologias” (ibid., p. 53) representa uma grande narrativa anunciando o “fim das grandes narrativas”. A “era pós-ideológica” constitui uma “era pós-histórica”, no sentido de que o alegado “fim da ideologia” emana do suposto “fim da história”, cujo símbolo é a queda do muro de Berlim em 1989.

A lição mais importante aprendida a partir da história é a descoberta de que *não se pode esperar nada da história*, de que o universo de regimes políticos (modos de dominação) possíveis chegou ao fim (ibid., p. 82; ênfase adicionada).

Tal “era pós-ideológica” é concebida não apenas como “*pós-histórica*”, no sentido de que o desenvolvimento civilizacional não será capaz de tornar possível o que prometeu por meio do pensamento esclarecido, mas também como “*pós-utópica*”, no sentido que, na era atual, parece haver poucas opções de uma alternativa viável ao consenso neoliberal que se espalhou por amplas partes do globo.

O *fatalismo* que confina a *ideologia do fim das ideologias* e a correspondente exclusão de *alternativas possíveis* são as condições ocultas para um uso cientificista da previsão estatística e da análise econômica (ibid., p. 88; ênfase adicionada).

¹² Sobre a tese do “fim da ideologia”, ver, por exemplo: BELL, 2000 [1960]; DONSKIS, 2000; RUBINSTEIN, 2009; SCOTT, 1990; SIMONS e BILLING, 1994; WAXMAN, 1968.

¹³ Sobre este ponto, ver BOURDIEU e BOLTANSKI, 2008 (1976), esp. p. 4, 53, 82-4, 88-101.

¹⁴ Sobre este ponto, ver ibid., p. 4: “Esse texto que vai a contrapelo do discurso sobre o fim das ideologias e das classes sociais abre novas perspectivas para compreender a sociedade francesa de hoje”.

¹⁵ Sobre este ponto, ver também: BROWNE e SUSEN, 2014; HOLLOWAY e SUSEN, 2013; SUSEN, 2012a.

Na “era pós-ideológica”, é possível afirmar o fim de alternativas realistas de longo prazo ao capitalismo sem que se relegue ao passado a promessa científica de precisão reguladora e preditiva. Assim, “se toda utopia é – por definição – excluída, sobra apenas a escolha do que é necessário” (ibid., p. 88), cuja onipresença inelutável pode ser confirmada através de estudos sócio-históricos contemporâneos. As tendências de “despolitização dos dominados” (ibid., p. 92) – expressas na “apatia política” prevalecente (ibid., p. 90) e na falta de um engajamento sistemático com as ideologias políticas que moldaram os séculos XIX e XX – parecem corroborar a validade da alegação segundo a qual entramos em uma era caracterizada pela ausência de metanarrativas e receitas utópicas.

Ideologia dominante e performatividade hegemônica

As ideologias dominantes não podem ser separadas do exercício do poder, ou seja, dos segredos da *performatividade* hegemônica. “Nem ciência, nem fantasma, o *discurso dominante* é uma forma de política, ou seja, um discurso poderoso, *não verdadeiro, mas capaz de tornar-se verdadeiro*” (ibid., p. 94; ênfase adicionada) – que não é preciso, mas capaz de apresentar-se como preciso; não completamente crível, mas capaz de ganhar credibilidade; aparentemente deslocado da realidade, mas capaz de moldar o desenvolvimento social. Uma ideologia dominante genuinamente efetiva, em outras palavras, constitui um discurso hegemônico dotado do poder de reconhecer – e, se necessário, de reagir a – desenvolvimentos históricos cruciais e moldá-los de acordo com os interesses dos grupos sociais mais influentes.

Poder político, no sentido próprio da expressão, não reside nem na simples adaptação a tendências estruturais nem na imposição arbitrária de medidas diretamente interessadas, mas em uma *exploração racional de tendências estruturais* [...] (ibid., p. 98; ênfase adicionada).

O poder político eficiente requer o desenvolvimento de uma engenhosa racionalidade estratégica. Uma “ideologia realizada” (ibid., p. 104), portanto, é uma ideologia que teve sucesso em alcançar seu potencial moldando e, se necessário,

transformando componentes centrais da sociedade, mesmo – e, talvez, especialmente – se ela o alcançou a partir de objetivos que parecem estar além do escopo daquilo que é possível. Ainda assim, a *relação entre ideologia e realidade* não diz respeito apenas à ampliação das fronteiras daquilo que é possível ou não. Em um sentido mais fundamental, ela trata também da dialética entre representações conceituais e atualizações empíricas: “sistemas mítico-ritualísticos [...] estruturam a concepção de mundo social de acordo com as estruturas mesmas desse mundo” (ibid.).

Desse modo, a fim de “escapar do idealismo” (ibid.) e evitar a crença ilusória no status autônomo de processos interpretativos, não basta insistir na determinação social de todas as representações da realidade discursivamente mediadas. Na verdade, o ponto central do estudo abrangente das formas simbólicas hegemônicas – tal como é empreendido no caso da “análise crítica do discurso” (ver, por exemplo, TORFING, 1999) – é reconhecer que “a ideologia é inventada para inventar coisas” (BOURDIEU e BOLTANSKI, 2008 [1976], p. 104-5; ênfase adicionada). A ideologia não é simplesmente uma reflexão simbólica bem organizada ou uma representação distorcida da realidade; ela *cria* a realidade. Como tal, ela deixa sua marca no mundo social: em suas instituições, normas e sistemas de crença; em suma, em suas formas de vida.

As representações dominantes objetivam-se continuamente nas coisas, e o mundo social contém todas as partes – na forma de instituições, objetos e mecanismos (sem falar no habitus dos agentes) – da ideologia realizada (ibid., p. 105; ênfase adicionada).

Certamente, mesmo uma ideologia que pareça não ter contato com a realidade não pode escapar do horizonte sempre crescente de historicidade. Todo ato performativo que está por vir está situado em um horizonte de fundo, do qual ele toma os recursos simbólicos e materiais que o permitem, antes de mais nada, vir a ser. No que tange a construção cotidiana da normatividade, portanto, é imperativo aceitar que “toda ação política precisa confrontar a estrutura do mundo social, na medida em que ela é, ao menos parcialmente, o *produto* de ações políticas prévias: a *herança histórica* é também um *capital*” (ibid., p. 105; ênfase adicionada). Não há espaço de possibilidades sem um

horizonte de fundo das ocorrências já realizadas e um horizonte dos projetos que ainda serão realizados.¹⁶ Ideologias dominantes são bem-sucedidas na medida em que fazem de seus próprios projetos poderosas fontes de performatividade hegemônica.

Ideologia dominante e compromisso

Em uma perspectiva de longo prazo, as ideologias dominantes dificilmente são sustentáveis a menos que seus defensores estejam dispostos a fazer *compromissos*, ajustando e, se necessário, desradicalizando seus pressupostos centrais e seus princípios. Um dos mais óbvios e, indiscutivelmente, um dos mais significativos exemplos históricos do fato de que ideologias viáveis são *maleáveis* e *adaptáveis* é a ascensão de diversos discursos que defendem a ideia de uma “*Terceira Via*” *entre capitalismo e comunismo*.¹⁷

Atualmente, “o sucesso dos ‘modernizadores’ (ibid., p. 3) que advogam pela “*Terceira Via*” (ibid.) – ou seja, pela “*tarefa da modernização ideológica*” (ibid., p. 117; ênfase no original) – parece tão relevante quanto o era na segunda parte do século XX. A exploração de condições estruturais para tal projeto sociopolítico alternativo, entretanto, está longe de ser direta: “a busca por uma “*Terceira Via*” (ibid., p. 43) é caracterizada pela “*dupla rejeição do capitalismo liberal* em suas formas ‘anárquicas’, da democracia radical-socialista com seu ‘parlamentarismo ineficiente’ e sua corrupção e, por outro lado, do ‘coletivismo’, ou seja, do ‘*comunismo*’ ou ‘*socialismo*’” (ibid., pp. 43-4; ênfase adicionada). Independentemente de se conceber a relação entre esses dois projetos históricos como um “*dilema real*” ou um “*pseudodilema*” (ibid., p. 45), a “*solução sintética*” (ibid.) inspirada pelo ideal de “*humanismo econômico*” (ibid., p. 44) reside no cerne de um esforço de larga escala para consolidar uma “*ordem econômica e social* definida como ‘*harmônica*’ e ‘*possível*’” (ibid., pp. 44-5) em termos de sua capacidade de superar a divisão sistêmica e ideológica entre capitalismo e comunismo, que são comumente percebidos como dois modelos de sociedade diametralmente

¹⁶ Sobre este ponto, ver ibid., p. 106: “[...] um processo de *envelhecimento* e, indissociavelmente, de *desencantamento* que tende a reforçar o antagonismo entre as duas modalidades políticas de apreensão do real, o utopismo e o sociologismo (como forma de realismo), reduzindo continuamente a parte de utopismo autorizada pelo realismo, ou melhor, pelo utopismo realista” (ênfases no original).

¹⁷ Sobre este ponto, ver p. 3, 14, 43-51, 74-6, 79, 82-4, 107-9, 121.

opostos. Essa “Terceira Via”, então, é fundada na “coexistência de um ‘setor industrial planejado’ e um ‘setor livre’” (ibid., p. 45; ênfase adicionada).

É claro que a visão do “planejamento econômico”, que prescreve um grau específico de intervencionismo estatal, presta um papel central na maioria dos sistemas sociopolíticos modernos – notadamente o socialismo de Estado, a social-democracia ou formas conservadoras de liberalismo e o fascismo (cf. ibid., p. 45). Em todos esses regimes, com exceção do socialismo, a “colaboração prática entre classes, voltada para a manutenção da paz social” (ibid., p. 45; ênfase adicionada) e para a criação de um senso de solidariedade que transcende as classes, é central para a promessa de gerar prosperidade a longo prazo, mesmo se esse empreendimento for acompanhado por períodos intermediários de austeridade”.¹⁸ É, portanto, “através do ‘esforço’ e da ‘disciplina acordada livremente’ – ou seja, através da ‘cooperação’ de todas as classes por meio de um novo ‘contrato progressista’” (ibid., p. 74) – que se torna possível construir uma sociedade que pode se orgulhar de ser livre e planejada, dinâmica e estável, inovadora e previsível, produtiva e redistributiva, competitiva e cooperativa, afluyente e justa. O resultado é, presumivelmente, “a elevação geral da qualidade de vida” (ibid., p. 75) – não apenas as classes média e alta, mas também para as classes trabalhadoras, o que é ainda mais importante.

O sonho da “sociedade afluyente” tornou-se realidade em diversas partes do mundo no começo do século XXI. De fato, uma função vital das ideologias dominantes é convencer todos os membros da sociedade de que “a ‘pobreza’ e ‘as disparidades mais salientes’ desapareceram” (ibid., p. 75) e que, conseqüentemente, há “boas razões para acreditar que as ‘desigualdades’ entre classes estão sendo abolidas gradualmente” (ibid., p. 76). Pode parecer implausível afirmar que “a melhoria da qualidade de vida” (ibid., p. 121) é equivalente à “emancipação da classe trabalhadora” (ibid.).¹⁹ Ainda assim, a criação de uma Terceira Via – justificada em termos de um “compromisso de classe” justificado pragmaticamente e expresso na “dupla condenação do poder do dinheiro (*‘plutocracia’*) e do poder das massas (*‘democracia’*), do capitalismo e do coletivismo” (ibid., p. 47; ênfase adicionada) –

constitui a fundação de um “humanismo econômico” (ibid., p. 46) baseado no “anticapitalismo e antioletivismo”, ou seja, em uma filosofia social que, à primeira vista, “não é nem de direita e nem de esquerda” (ibid., p. 48). O conteúdo central dessa abordagem pode ser descrito como se segue:

O “socialismo humanista” procura “superar” a “luta de classes” assim como doutrinas antagonistas e “obsoletas”, tais como o “liberalismo” e o “marxismo”, a fim de empreender uma “síntese de ‘liberdade’ e ‘determinismo’, ‘coletivização’ e ‘livre empreendimento’, ‘planejamento’ e ‘economia de mercado’” (ibid., p. 50; ênfase adicionada).

Anda de mãos dadas com essa filosofia da “Terceira Via” o pressuposto de que a ideologia globalmente triunfante do século XXI é o liberalismo, enquanto que as ideologias obsoletas – e, essencialmente, totalitárias – do passado são o comunismo e o fascismo.

[...] os dois “autoritarismos” – “fascista” ou “soviético” – podem funcionar como dois polos opostos de um espaço político, no qual o *liberalismo* é o centro, o *ponto de equilíbrio*, o “ponto de maior tensão” [...] a “economia domada (ou domesticada)” ou o “planejamento indicativo” se opõe ao “planejamento autoritário (fascista ou soviético)”, por um lado, e à “anarquia liberal”, por outro [...] Uma vez que todas as alternativas foram superadas, a única escolha forçada que resta é *crescimento e planejamento liberal* (ibid., pp. 83-4; ênfase adicionada).

Certamente, a afirmação marxista ortodoxa de que o *fascismo* pode ser considerado uma “*continuação da democracia liberal por outros meios*” (ibid., p. 83; ênfase adicionada)²⁰ não faz jus nem à especificidade histórica do primeiro nem aos aspectos genuinamente progressivos do último. Ainda assim, a visão segundo a qual, sob circunstâncias históricas extremas caracterizadas por crise e instabilidade, fascismo e capitalismo são mutuamente inclusivos – como demonstrado na Alemanha, Itália e Espanha durante e após a Segunda Guerra Mundial –

¹⁸ Sobre este ponto, ver BROWNE e SUSEN, 2014.

¹⁹ Sobre este ponto, ver também, por exemplo, SUSEN, 2015, esp. pp. 1028-34.

²⁰ Tradução modificada: “o fascismo, continuação, doravante impossível, da democracia liberal por outros meios”. Sobre este ponto, conferir KÜHNEL, 1990 [1979], 1998 [1983]. Ver também SUSEN, 2013a: p. 99-100, n. 29.

é corroborada pelo fato de que grande parte “das pessoas que representavam o capital traíram a França” (ibid., p. 50) ao endossarem políticas anti-democráticas a fim de promover seus interesses. A “ideologia do compromisso” por excelência é o liberalismo, por ter sido capaz de se adaptar aos desenvolvimentos estruturais do capitalismo sem desistir de seus valores e crenças centrais, em especial sua ênfase nas conquistas da civilização obtidas pelo aumento do produtivismo e do individualismo.

Ideologia dominante e meritocracia

De acordo com as versões mais radicais – notadamente evolucionistas – das ideologias dominantes, o desenvolvimento social de longo prazo é equivalente a um “processo de seleção darwinista” (ibid., p. 68). No final do século XX, tendências “autoritárias” e “anti-democráticas” entre membros das classes dominantes foram gradualmente substituídas pelo sonho *meritocrático* “de uma ditadura da competência” (ibid., p. 82). Os céticos podem caracterizar essa visão como um “elitismo da competência combinado com um populismo pastoral” (ibid., p. 14), ambos os quais parecem ser diametralmente opostos aos “humanismos” associados à “ideologia do planejamento” (ibid., p. 14).

Em uma sociedade meritocrática, “o salário é negociado livremente com o gerente da empresa” (ibid., p. 45); além disso, há um comprometimento, por parte de todo cidadão, “de garantir a ‘competência’ dos líderes e de limitar o papel da ‘herança’ na transmissão de poder” (ibid.), tentando-se dessa forma minimizar a possibilidade de discriminação implícita no nepotismo e no favoritismo. Em sentido amplo, então, o ideal da meritocracia que forma parte das ideologias dominantes nas sociedades capitalistas avançadas – ou seja, predominantemente neoliberais – pode ser caracterizado da seguinte maneira:

[...] uma ordem fundada no *poder da competência*, adequada para provocar a “organização racional do trabalho industrial” e, com isso, a organização racional da sociedade, ou seja, a “organização racional e humana da desigualdade”; mas de uma “*desigualdade*” baseada na natureza, assentada no “*valor humano*”, na “*competência*”, no “*talento*”, e não na transmissão de privilégios (ibid., pp. 45-6; ênfase adicionada).

Ironicamente, quando se avalia a validade da definição acima a partir de uma perspectiva sociológica, sua ênfase ostensivamente *construtivista* em valores como “equidade”, “conquista” e “mérito” é contraposta por suas pressuposições fundamentais *essencialistas* – se não biológicas – sobre a importância do “talento”, da “competência definida geneticamente” e da “desigualdade natural”. De fato, “o discurso falso da essência [...] preenche uma verdadeira função de eternização” (ibid., p. 108) – ou seja, de ontologização, absolutização, universalização, descontextualização e deshistoricização. Em suma, seguindo os parâmetros das ideologias dominantes, o paraíso meritocrático é uma sociedade na qual, a princípio, todos têm uma chance de vencer ou perder, ao mesmo tempo em que – paradoxalmente – são *determinados* a um ou outro desses caminhos. Contradições performativas estão entre os aspectos mais marcantes das ideologias dominantes.

Ideologia dominante e conservadorismo

Ideologias dominantes não podem ser dissociadas de correntes intelectuais associadas ao *conservadorismo*. É claro que há múltiplos conservadorismos que moldaram o desenvolvimento das ideologias dominantes nos últimos dois séculos. A forma mais importante de conservadorismo que foi bem-sucedida em continuar prestando um papel central no estabelecimento de agendas políticas nas últimas décadas, entretanto, é o que se descreve variavelmente como conservadorismo “progressista”, “esclarecido”, “desenvolvido”, “moderno” ou “liberal”.²¹

É central para esse tipo de conservadorismo “reformado” o ideal de “‘planejamento democrático’, que reinventa o ‘humanismo econômico’ dos anos 1930” (ibid., pp. 53-4) e que é orientado para o estabelecimento de uma “economia planejada” (ibid., p. 54). No cerne dessa mudança paradigmática reside uma crença firme na possibilidade do progresso da civilização: “o evolucionismo otimista do *conservadorismo convertido* é o produto do mesmo esquema do pessimismo do *conservadorismo declarado*” (ibid., p. 70; ênfase no original).

²¹ Sobre este ponto, ver ibid., p. 53, 70-74, 79, 89, 97, 116, 123.

Examinando essa corrente ideológica de forma sistemática, é possível distinguir um “*conservadorismo tradicional*” de um “*conservadorismo moderno*” em termos das seguintes dimensões:²²

- a) O primeiro é baseado numa concepção *pessimista* de sociedade, argumentando que o comportamento e os desejos humanos devem ser regulados e controlados por políticas rigorosas de “lei e ordem” exercidas pelo Estado. O último é fundado em uma concepção *otimista* de sociedade, sugerindo que seres humanos são não somente capazes de tomar decisões enquanto atores moralmente responsáveis, mas também são aptos a moldar os desenvolvimentos históricos de acordo com considerações racionalmente defensáveis.
- b) O primeiro é caracterizado por uma postura *orientada pelo passado*, expressa em uma idealização nostálgica de arranjos sociais, culturais, políticos e econômicos que não existem mais. O último é motivado por uma postura *orientada pelo futuro*, exemplificada por uma ênfase forte no papel civilizatório da criatividade, da imaginação e da inovação, que permitem aos atores humanos projetarem-se em horizontes até então inexplorados.
- c) O primeiro é *retrógrado* e *olha para trás*, no sentido de que é cético quanto a transformações históricas radicais, notadamente em termos de suas implicações normativas visando rupturas e sua tendência a solapar as bases de modos tradicionais de organização social. O último é *progressista* e *olha para frente*, no sentido de que acolhe a alteração das constelações sociais, culturais, políticas e econômicas, na medida em que tais processos de modernização contribuem para a qualidade de vida e o aprimoramento da evolução humana.
- d) O primeiro sustenta uma crença firme nos valores intrínsecos de experiências *sem mediação e autênticas*, derivadas de um envolvimento duradouro com a “natureza” e de relações baseadas na confiança, na comunidade e na intersubjetividade cotidiana. O último defende as realizações da *ciência e da tecnologia* constitutivas da espécie, movidas pela ambição de

²² Várias oposições normativas são centrais para a distinção tipológica entre “conservadorismo tradicional” e “conservadorismo moderno”; ver especialmente *ibid.*, pp. 70-74 e p. 116.

ganhar controle crescente sobre múltiplos desafios teóricos e práticos que surgem do encontro humano com aspectos naturais e sociais que estão na base da construção da realidade.

- e) O primeiro é marcado por um grau considerável de *fechamento*, voltado para proteger o status quo e para defender valores, convenções e princípios já estabelecidos contra reivindicações por mudanças sociais radicais. O último é caracterizado por um notável grau de *abertura*, através do qual atores de mente aberta são capazes de enfrentar e lidar com desafios imprevistos tanto do presente como do futuro.

A presença contínua do conservadorismo tradicional faz com que suas versões revisadas pareçam de fato progressistas. Aspectos centrais de suas variantes clássicas – que enfatizam “o sentimento de declínio, desespero e angústia quanto ao futuro” (*ibid.*, p. 71), ao mesmo tempo em que insistem no significado quase natural ligado “à nação, à terra, ao solo ancestral” (*ibid.*, p. 71) – parecem ultrapassados no contexto presente. Na era atual, o “conservadorismo progressista” emana de “uma fração da classe dominante que trata como *lei subjetiva* o que constitui a *lei objetiva* de sua perpetuação, ou seja, *mudar para preservar*” (*ibid.*, p. 72).²³

Por ter estado disposto e tido capacidade de revisar alguns de seus pressupostos centrais, o conservadorismo conseguiu sobreviver às profundas transformações globais que moldaram os grandes desenvolvimentos históricos nas últimas décadas. Dito de outro modo, o conservadorismo foi capaz de sobreviver por ter se tornado menos conservador. Ideologias dominantes continuarão a pautar a agenda enquanto tiverem sucesso ao dar a impressão enganosa de que são muito menos forçosas e invasivas do que precisam ser para exercer poder hegemônico.

Conclusão: a relevância persistente da ideologia

Como deve ter ficado claro a partir das reflexões acima, a análise crítica da ideologia é central para o entendimento abrangente das formas complexas de dominação social. O amplo significado – isto é, que atravessa disciplinas e épocas – do

²³ Ênfase adicionada, exceto em “*lei subjetiva*”, que está em itálico no texto original.

conceito de ideologia é confirmado pelo fato de que ele tem sido, e continua a ser, amplamente discutido nas humanidades e nas ciências sociais.²⁴

As “ideologias da sociedade-como-projeto” dos séculos XIX e XX, ainda que não tenham desaparecido, competem com as “ideologias dos projetos-na-sociedade” do fim do século XX e começo do XXI. Intimamente relacionada ao desenvolvimento da sociedade industrial desde a metade do século XVIII, o impacto histórico da primeira está refletido na influência dos “velhos movimentos sociais”. Ligada de modo inseparável à ascensão da sociedade pós-industrial a partir da metade da década de 1960, o impacto histórico da última é ilustrado pela influência dos “novos movimentos sociais”.²⁵

À luz dessa mudança de paradigma, as versões mais influentes (notadamente a hegeliana, a marxista e a das religiões universais) da ideia de “reconciliação última, de ‘convergência final’” (ibid., p. 73) – erguidas sobre “planos sociais, projeções e projetos” (ibid.) – foram amplamente desacreditadas, especialmente por aqueles que apoiam discursos intelectuais que insistem na indeterminação radical que permeia os infinitos caminhos da história humana. E mesmo assim, anúncios alarmistas sobre a chegada de uma suposta constelação pós-teleológica – exemplificada pela retórica sobre o “fim da ideologia” e o “fim da história” – são tão problemáticas quanto suas contrapartes intelectuais. A relevância contínua de modos de pensamentos *projetivos* na era atual, habilmente examinada em *A produção da ideologia dominante*, é sintomática do fato de que as ideologias – ainda que sejam cada vez mais diversas e cada vez menos organizadas de modo coerente – estão longe de ser obsoletas.

Como demonstrado na análise precedente, a *PID* deve ser considerada uma contribuição original para os estudos contemporâneos sobre a ideologia, uma vez que fornece insights úteis – e, em certos aspectos, sem paralelo – sobre o papel sociológico de formas discursivas em sociedades altamente diferenciadas e estratificadas. Esses insights são tão relevantes hoje como foram nos anos 1970. Se há uma lição a ser aprendida do estudo

crítico da ideologia é que não se pode conceber a construção da sociedade sem a capacidade distintamente humana de produzir reivindicações constituídas discursivamente a respeito tanto da constituição objetiva quanto do potencial normativo da realidade. Quando se trata, contudo, das especificidades históricas de realidades socialmente construídas, a questão que permanece é quem tem o poder de definir quadros ideológicos, convertê-los em pontos de referência hegemônicos e, com isso, pautar a agenda.

SUSEN, S. Reflections on ideology: lessons from Pierre Bourdieu and Luc Boltanski. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 101-137, jan./jun. 2017.

■ **Abstract:** *The main purpose of this article is to demonstrate the enduring relevance of the concept of ideology to contemporary sociological analysis. To this end, the article draws upon central arguments put forward by Pierre Bourdieu and Luc Boltanski in ‘La production de l’idéologie dominante’ [‘The Production of the Dominant Ideology’]. Yet, the important theoretical contributions made in this enquiry have been largely ignored by contemporary sociologists, even by those who specialize in the critical study of ideology. This article intends to fill this gap in the literature by illustrating that useful lessons can be learned from Bourdieu and Boltanski’s critical investigation, as it provides crucial insights into the principal characteristics and functions of ideologies, including the ways in which they develop and operate in advanced capitalist societies. The article is divided into two main parts: the first part examines various universal features of ideology; the second part aims to shed light on several particular features of dominant ideology. The paper concludes by arguing that the ‘end of ideology’ thesis, despite the fact that it raises valuable sociological questions, is ultimately untenable.*

■ **Keywords:** *Boltanski. Bourdieu. Critique. Dominant Ideology. Ideology. Ideology Critique. Social Theory.*

Referências

ABERCROMBIE N.; HILL S.; TURNER, B. S. *The Dominant Ideology Thesis*. London: Allen & Unwin, 1980.

²⁴ Sobre o conceito de ideologia ver, por exemplo: ABERCROMBIE et al., 1980, 1990; APEL, 1971; CONDE-COSTAS, 1991; EAGLETON, 2007 [1991]; HAUG, 1999; LEE, 1992; MARX e ENGELS, 1953 [1845-7]; MARX e ENGELS, 2000 [1846]; THOMPSON, 1984; VAN DIJK, 1998; ZIZEK, 1989, 1994.

²⁵ Sobre este ponto, ver SUSEN, 2010.

ABERCROMBIE N.; HILL S.; TURNER, B.S. (Orgs.). *Dominant Ideologies*. London: Unwin Hyman, 1990.

APEL, K.-O. (Org.). *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971.

BELL, D. *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000 [1960].

BOLTANSKI, L. *Rendre la réalité inacceptable. À propos de 'La production de l'idéologie dominante'*. Paris: Demopolis, 2008.

BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. La production de l'idéologie dominante. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 2/3, p. 4-73, 1976.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. *La production de l'idéologie dominante*. Paris: Demopolis / Raisons d'agir, 2008 [1976].

BROWNE, C.; SUSEN, S. Austerity and its antitheses: Practical negotiations of capitalist legitimacy. *South Atlantic Quarterly*, v. 113, n. 2, p. 217-230, 2014.

CONDE-COSTAS, L. A. *The Marxist Theory of Ideology: A Conceptual Analysis*. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 1991.

DONSKIS, L. *The End of Ideology & Utopia? Moral Imagination and Cultural Criticism in the Twentieth Century*. New York: P. Lang, 2000.

EAGLETON, T. *Ideology: An Introduction*. London: Verso, 2007 [1991].

HAUG, W. F. Falsches Bewusstsein. In: HAUG, W. F. (Org.). *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus*. Hamburg: Argument-Verlag, 1999. p. 78-91. v. 4.

HOLLOWAY, J.; SUSEN, S. Change the World by Cracking Capitalism? A Critical Encounter between John Holloway and Simon Susen. *Sociological Analysis*, 7(1), p. 23-42, 2013.

KÜHNEL, R. *Faschismustheorien: Ein Leitfadens*. Aktualisierte Neuauflage. Heilbronn: Distel, 1990 [1979].

KÜHNEL, R. *Der Faschismus: Ursachen, Herrschaftsstruktur, Aktualität. Eine Einführung*. 4., überarbeitete Auflage. Heilbronn: Distel, 1998 [1983].

LEE, D. *Competing Discourses: Perspective and Ideology in Language*. London: Longman, 1992.

MARX, K.; ENGELS, F. *Die deutsche Ideologie*. Berlin: Dietz, 1953 [1845-7].

MARX, K.; ENGELS, F. The German ideology. In: MCLELLAN, D. (Org.). *Karl Marx: Selected Writings*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2000 [1846]. p. 175-208.

RUBINSTEIN, W. D. *The End of Ideology and the Rise of Religion: How Marxism and Other Secular Universalistic Ideologies Have Given Way to Religious Fundamentalism*. London: Social Affairs Unit, 2009.

SCOTT, A. *Ideology and the New Social Movements*. London: Unwin Hyman, 1990.

SIMONS, H. W.; BILLIG, M. (Orgs.). *After Postmodernism: Reconstructing Ideology Critique*. London: Sage, 1994.

SUSEN, S. *The Foundations of the Social: Between Critical Theory and Reflexive Sociology*. Oxford: Bardwell Press, 2007.

SUSEN, S. Los movimientos sociales en las sociedades complejas. In: BASCONZUELO C.; MOREL, T.; SUSEN, S. (Orgs.). *Ciudadanía territorial y movimientos sociales*. Historia y nuevas problemáticas en el escenario latinoamericano y mundial. Rio Cuarto: Ediciones del ICALA, 2010. p. 149-226.

SUSEN, S. Kritische Gesellschaftstheorie or kritische Gesellschaftspraxis? Robin Celikates, Kritik als soziale Praxis. Gesellschaftliche Selbstverständigung und kritische Theorie (Frankfurt am Main, Campus Verlag, 2009). *Archives Européennes de Sociologie / European Journal of Sociology*, v. 52, n. 3, p. 447-463, 2011a.

SUSEN, S. Afterword: Concluding Reflections on the Legacy of Pierre Bourdieu. In: SUSEN, S.; TURNER, B.S. (Orgs.). *The Legacy of Pierre Bourdieu: Critical Essays*. London: Anthem Press, 2011b, p. 367-409.

SUSEN, S. 'Open Marxism' against and beyond the 'Great Enclosure'? Reflections on How (Not) to Crack Capitalism. *Journal of Classical Sociology*, v. 12, n. 2, p. 281-331, 2012a.

SUSEN, S. Une sociologie pragmatique de la critique est-elle possible? Quelques réflexions sur *De la critique* de Luc Boltanski. *Revue Philosophique de Louvain*, v. 110, n. 4, p. 685-728, 2012b.

SUSEN, S. Comments on Patrick Baert and Filipe Carreira da Silva's Social Theory in the Twentieth Century and Beyond – Towards a 'hermeneutics-inspired pragmatism'?. *Distinktion, Scandinavian Journal of Social Theory*, v. 14, n. 1, p. 80-101, 2013a.

SUSEN, S. Bourdieusian Reflections on Language: Unavoidable Conditions of the Real Speech Situation. *Social Epistemology*, v. 27, n. 3/4, p. 199-246, 2013b.

SUSEN, S. A Reply to my Critics: The Critical Spirit of Bourdieusian Language. *Social Epistemology*, v. 27, n. 3/4, p. 323-393, 2013c.

SUSEN, S. Is There Such a Thing as a 'Pragmatic Sociology of Critique'? Reflections on Luc Boltanski's *On Critique*. In: SUSEN, S.; TURNER, B. S. (Orgs.). *The Spirit of Luc Boltanski: Essays on the 'Pragmatic Sociology of Critique'*. London: Anthem Press, 2014a [2012]. p. 173-210.

SUSEN, S. Towards a Dialogue between Pierre Bourdieu's 'Critical Sociology' and Luc Boltanski's 'Pragmatic Sociology of Critique'. In: SUSEN, S.; TURNER, B. S. (Orgs.). *The Spirit of Luc Boltanski: Essays on the 'Pragmatic Sociology of Critique'*. London: Anthem Press, 2014b. p. 313-348.

SUSEN, S. Emancipation. In: GIBBONS, M. T., COOLE, D.; ELLIS, E.; FERGUSON, K. (Orgs.). *The Encyclopedia of Political Thought*. Oxford: Wiley Blackwell, 2015. p. 1024-103. v. 3.

SUSEN, S.; TURNER, B. S. (Orgs.). *The Spirit of Luc Boltanski: Essays on the 'Pragmatic Sociology of Critique'*. London: Anthem Press, 2014.

THOMPSON, J. B. *Studies in the Theory of Ideology*. Cambridge: Polity Press, 1984.

TORFING, J. *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford: Blackwell, 1999.

VAN DIJK, T. A. *Ideology: A Multidisciplinary Approach*. London: Sage, 1998.

WAXMAN, C. I. (Org.). *The End of Ideology Debate*. New York: Funk and Wagnalls, 1968.

ZIZEK, S. *The Sublime Object of Ideology*. London: Verso, 1989.

ZIZEK, S. (Org.). *Mapping Ideology*. London: Verso, 1994.